

## MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA PROMOTORIA DE JUSTIÇA CUMULATIVA DE SOUSA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

## Portaria de instauração de IC nº 60/4° PJ - Sousa/2024

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA,** através do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988, pelo artigo 26, I, da Lei 8.625/93, e pelo artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual nº 97/10, e, ainda,

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 8º, §1º, Lei 7347/85; 5º, caput, Resolução CPJ 04/2013; 1º, Resolução CNMP 176/2017, que disciplinam a instauração de Inquérito Civil;

**CONSIDERANDO**, em face do disposto no artigo 129, inciso III, Constituição Federal, a competência do Ministério Público à promoção do Inquérito Civil e da Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adoção de medidas operacionais e efetivas de preservação dos interesses da sociedade;

**CONSIDERANDO** os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, que norteiam a Administração Pública, previstos no artigo 37, caput, Constituição Federal:

CONSIDERANDO que figuram, como reclamante, no

presente procedimento, Antônio Norvino da Silva, e como reclamado, João Rabelo de Sá Neto, Prefeito do Município de Aparecida/PB;

**CONSIDERANDO** que este Inquérito Civil possui, <u>como</u> <u>objeto</u>, investigar supostas irregularidades no recebimento de diárias e hospedagens, nos anos de 2021, 2022 e 2023, por parte do reclamado;

 $\mbox{ $CONSIDERANDO a instauração da Notícia de Fato $n^{\varrho}$.} \\ 046.2024.004574;$ 

## **RESOLVE:**

1- Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com o objetivo de apurar os fatos e colher provas para embasar posterior Ação Civil Pública e demais ações cabíveis, se assim for necessário, visando à solução das irregularidades porventura detectadas deste procedimento.

2- Determino que o Secretário do feito realiza consulta no TRAMITA do TCE-PB, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, realizando a juntada nestes autos de Relatórios Iniciais, Relatórios de Análise de Defesa e eventuais Acórdãos das Prestações do Contas do Município de Aparecida, nos anos de 2021, 2022 e 2023.

3-Designo os servidores do cartório como Secretários deste feito.

4- Remeta-se o extrato da presente portaria para publicação, através de meio eletrônico.

Cumpra-se com as cautelas legais e de estilo.

Sousa, data e assinatura eletrônicas

FLÁVIA CESARINO DE SOUSA BENIGNO

Promotora de Justiça